

COMO NOS LEMBRAMOS? MEMÓRIAS COLETIVAS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA FRENTE ÀS POLÍTICAS DE ESQUECIMENTO

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Coordenadoria de Fomento à Pesquisa - Pró-reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação

Ana Luisa Trevizoli Esteves¹

Apoio: *PIBIC Mackenzie*

Bruna Suruagy do Amaral Dantas²

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) ¹

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) ²

Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, SP – Brasil

10389464@mackenzista.com.br¹

bruna.dantas@mackenzie.br²

RESUMO

Introdução: A ditadura militar brasileira (1964-1985) implementou políticas de esquecimento que criaram terreno fértil para o revisionismo histórico contemporâneo, fragilizando a memória coletiva por meio da Lei da Anistia. **Objetivos:** A presente pesquisa pretende analisar as memórias coletivas da ditadura a partir das experiências vividas nesse período por pessoas que hoje têm idade acima de 65 anos, investigando a influência das políticas de esquecimento na construção dos processos mnemônicos. **Metodologia:** Utilizou-se o método da História Oral com quinze participantes entre 69-87 anos, residentes do Estado de São Paulo. O tratamento dos dados seguiu os procedimentos estabelecidos pela Análise Crítica do Discurso. **Resultados:** Identificou-se a tipologia de quatro grupos segundo o critério do discernimento político: militantes com consciência crítica, mas reprodução inconsciente da linguagem oficial; classes privilegiadas com fragmentação da experiência; defensores do autoritarismo; e indivíduos despolitizados. A ideologia revelou-se fator preponderante, operando distorções na rememoração do vivido. **Conclusões:** As políticas de esquecimento penetram até nas memórias de indivíduos politizados, colonizando estruturas discursivas. A ideologia constitui o mecanismo fundamental na formação da memória coletiva.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira. Memória coletiva. Políticas de esquecimento. Ideologia.

ABSTRACT

Introduction: The Brazilian military dictatorship (1964-1985) established memory suppression policies that fostered contemporary historical revisionism, undermining collective memory through the Amnesty Law. **Objectives:** This research examines collective memories of the dictatorship through lived experiences of individuals over 65 years old, investigating how memory suppression policies influenced mnemonic processes. **Methodology:** Oral History methodology was employed with fifteen participants aged 69-87, residing in São Paulo State. Data analysis followed Critical Discourse Analysis procedures. **Results:** Four typological groups emerged based on political discernment criteria: politically conscious militants who unconsciously reproduce official language; privileged classes exhibiting experience fragmentation; authoritarianism advocates; and depoliticized individuals. Ideology emerged as the predominant factor, operating distortions in lived memory recollection. **Conclusions:** Memory suppression policies penetrate even politicized individuals' recollections, colonizing discursive structures. Ideology constitutes the fundamental mechanism in collective memory formation.

Keywords: Brazilian military dictatorship. Collective memory. Memory suppression policies. Ideology.

1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar, um período tenebroso da história política brasileira, estabeleceu-se no país por meio de um golpe de Estado, que destituiu em 1964 o governo democraticamente eleito, gerando como consequências imediatas a censura das mídias, a repressão dos movimentos sociais, a tortura e o desaparecimento político dos oponentes. Embora exista um relativo consenso acadêmico sobre os fatos históricos que ensejaram a ditadura, atualmente observa-se o surgimento de um ímpeto revisionista que busca questionar e até mesmo negar a realidade factual. Exemplos contemporâneos dessa tentativa de moldar a história são notórios: no dia 31 de março de 2022, foi publicada uma ordem do dia pelo Ministério da Defesa, que afirmava que o golpe militar resultou em um “fortalecimento da democracia”¹. Porém, o ato de revisar a história, negando-a e adaptando-a aos interesses do grupo que detém o poder, não é exclusivo dos tempos atuais e, no caso do Brasil, não surgiu em um vácuo. É fruto de políticas de governo que tinham como objetivo justamente promover o esquecimento.

Pierre Vidal-Naquet (1988), em sua obra “Os assassinos da memória”, deixa claro o expediente do revisionista: em vez de criar fatos novos sobre um evento histórico, ele articula informações factuais com explicações ideológicas que visam reinterpretar a história, a fim de legitimar os interesses, discursos e práticas daqueles que ocupam as estruturas de poder. Vidal-Naquet (1988) concentra-se principalmente na revisão histórica do holocausto: em suas considerações, ressalta que Paul Rassinier, um de seus principais adversários teóricos, não criava fatos completamente novos sobre eventos históricos, mas os deturpava, na tentativa de modificar a realidade. A deturpação dos acontecimentos históricos demonstra o medo do real que a ofensiva revisionista busca modificar e revela as distinções entre memória e história. O processo de reconstituição das memórias é diferente da seleção e narração dos fatos históricos, os quais muitas vezes são escolhidos em função de uma história considerada oficial e, portanto, verdadeira (Vidal-Naquet, 1988).

Nesse sentido, Hannah Arendt (1995) argumenta que há dois tipos de verdade: a racional e a factual. A verdade racional transcende os assuntos humanos em busca de comprovação e credibilidade; a verdade factual, por sua vez, não depende apenas da consistência de seu conteúdo, necessitando do testemunho de pessoas que viveram aquele evento. Sua fragilidade decorre dessa necessidade, que possibilita a empreitada revisionista, pois se tratando de seres

¹ Informação extraída do site do G1, em matéria intitulada “Golpe de 64 gerou ‘fortalecimento da democracia’, diz ministro em ordem do dia de 31 de março, publicada em 2022 e escrita por Pedro Henrique Gomes. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/30/golpe-de-64-gerou-fortalecimento-da-democracia-diz-ministro-em-ordem-do-dia-de-31-de-marco.ghml>>. Acesso em 10/04/2023.

humanos e suas vivências, os resultados da rememoração de um acontecimento podem ser imprevisíveis e imprecisos. A despeito das dificuldades de produção da verdade factual, sua importância não pode ser subestimada uma vez que prestigia a objetividade dos fatos. Para que seja construída, é necessário um esforço humano coletivo e, para que seja comprovada, é indispensável levar em consideração as testemunhas vivas dos acontecimentos históricos. O revisionista, portanto, ao investir contra ela, precisa lutar contra eventos ocorridos de tal forma que apenas uma opinião contrária não será suficiente para descredibilizá-la. Paul Rassinier, como revisionista do holocausto, lutava contra uma verdade factual amplamente documentada, o que se mostrou um empreendimento de difícil realização (Vidal-Naquet, 1988), diferente do que ocorrera com os eventos que transcorreram durante a ditadura militar brasileira.

Enquanto o holocausto foi um fato histórico amplamente documentado e sua negação uma estratégia insustentável, no caso do regime de exceção o esquecimento foi construído como política pública governamental, a qual criou um terreno fértil para futuros revisionistas. Com o fim da ditadura, mesmo que a censura à mídia e a repressão a partidos políticos tenham sido superadas, coube a entidades de direitos humanos nacionais e internacionais dar início às políticas de memória. Entretanto, em meados da década de 1970, os movimentos sociais defenderam legitimamente a anistia para os perseguidos políticos da ditadura, o que criou um clima de abertura que contribuiu para pôr fim aos tempos sombrios. Os militares aproveitaram o ensejo para reivindicar a ampliação da anistia a fim de torná-la geral e irrestrita de modo que a concessão do perdão alcançasse também os executores do regime (Ansara, 2005). A lei da anistia teve publicamente um caráter conciliatório, pois visava “curar” as feridas do país por meio do silêncio em torno dos crimes políticos empreendidos pelo sistema, condenando os sobreviventes a narrar suas histórias sem o respaldo dos documentos históricos que, em razão do sigilo imposto pela lei, jamais poderiam confirmar os relatos das testemunhas dos acontecimentos. Os carrascos, por sua vez, foram favorecidos por tal dispositivo jurídico, pois poderiam alterar os fatos e contá-los de maneira a desresponsabilizar-se, já que não seriam desmentidos pelos registros históricos.

Dentre as políticas governamentais que contribuíram para o esquecimento da ditadura, destaca-se sobretudo a lei da anistia, que criou obstáculos à revelação de fatos políticos importantes, favorecendo, inclusive, a revisão de acontecimentos históricos, como se verifica no livro “A história sufocada”, escrito por Calos Alberto Brilhante Ustra (2007). Conhecido como dr. Tibiriça, o então coronel do exército brasileiro defende nesse manuscrito que a ditadura militar foi uma resposta proporcional à ameaça real da esquerda de implantar o

comunismo no Brasil. Exemplos de revisionismo histórico podem ser encontrados inclusive entre historiadores, o que se observa no livro “Ditadura à Brasileira”, produzido por Marco Antônio Villa (2014), que justifica o período militar como uma resposta às ações de guerrilha, embora condene o terrorismo de Estado (Genari, 2018). Essas políticas de esquecimento, o consequente apagamento e revisão de fatos históricos, impossibilitaram que uma memória coletiva forte da ditadura fosse construída. Dessa maneira, nos anos seguintes à ditadura, o silêncio provocado pela anistia tornou a própria ditadura um fato histórico inexistente na memória de maior parte da população brasileira, o que paradoxalmente tornou necessário e urgente lembrar (Teles, Safatle, 2015).

Nos anos 2000, os protestos que familiares de desaparecidos políticos e demais vítimas da ditadura vinham fazendo incansavelmente desde o fim do regime tomaram forma a partir da contestação institucional da Lei da Anistia e das pressões sociais para se revelar o que de fato ocorreu naquele período. Até então, a lei 6.683/79, considerada “cláusula pétrea”, impedia que operadores do direito acessassem arquivos da ditadura para processar aqueles que cometeram crimes políticos. Porém, cortes nacionais e transnacionais começaram a questionar a validade das leis de anistia promulgadas nos países da América Latina, refutando principalmente o argumento de que essa norma legal impede investigações de qualquer natureza, já que o estatuto da anistia vai contra os preceitos internacionais dos direitos humanos (Camargo, 2017).

A Justiça de Transição no Brasil, que reconhece o direito à memória, à verdade e à reparação, teve origem nas iniciativas do governo federal, que contaram posteriormente com a chancela do parlamento. Em 1995, foi elaborado no Ministério da Justiça, do governo Fernando Henrique Cardoso, e aprovado no Congresso Nacional o projeto de lei que garantia o reconhecimento oficial da morte dos desaparecidos, admitia a responsabilidade do Estado pelas mortes e assegurava o pagamento de indenizações devidas. No mesmo ano, foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, determinou em 2005 a transferência dos documentos oficiais do período da ditadura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para o Arquivo Nacional, tornando-os disponíveis às pessoas diretamente interessadas e promovendo a abertura dos arquivos para preservação da memória histórica (Brasil, 2007). Em 2009, contrapondo-se aos militares, a Casa Civil anunciou uma série de medidas que facilitariam o acesso às informações dos crimes cometidos na ditadura, dentre as quais cabe destacar o reconhecimento da memória e da verdade como direito humano. Essas

medidas culminaram no III Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH3), que tem como uma de suas principais diretrizes a proteção da memória histórica como um direito fundamental.

Embora tenha sido um importante instrumento público de reconstituição da memória e da verdade, o PNDH3 não anulou os efeitos da Lei da Anistia. No entanto, o plano foi responsável pela instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2011. Apesar da Lei da Anistia ainda possuir status de norma constitucional, a ação programática da CNV foi aprovada por meio de decreto executivo (Camargo, 2017). Não dispondo de poder persecutório, a comissão tinha como objetivo “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período [da ditadura militar], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Brasil, 2011, p.1). Apesar de 377 pessoas terem sido apontadas no relatório como responsáveis diretas ou indiretas pela prática de tortura e assassinatos durante o regime de exceção, ninguém foi condenado por esses crimes².

Não há dúvida de que a Comissão Nacional da Verdade foi um relevante dispositivo de rememoração dos horrores da ditadura, tendo em vista que a memória coletiva acerca desse período sombrio da história brasileira foi construída sobre bases frágeis em razão das políticas de esquecimento. Em anos recentes, essa fragilidade mnemônica foi explorada por autoridades políticas que insistiam em negar a existência da ditadura e exaltar torturadores como heróis. O presente estudo pretende, como objetivo geral, analisar as memórias coletivas da ditadura militar a partir das experiências vividas nesse período histórico por pessoas que hoje possuem idade acima dos 65 anos. Como objetivos específicos, propõe-se: I) entender a influência das políticas de esquecimento na construção da memória coletiva da ditadura militar brasileira, levando-se em consideração que essas medidas governamentais criaram condições para que os fatos históricos dessa época fossem revisados e II) examinar fatores como contexto socioeconômico, realidade cultural, ideologia, identidade, entre outros, que podem distorcer a memória sobre eventos vividos pelos entrevistados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A memória, até o século XX, era considerada uma faculdade mental, que apresentava características exclusivamente psicológicas e individuais. Maurice Halbwachs foi um dos primeiros estudiosos a cunhar a expressão “memória coletiva” (Ansara, 2005), definida como um processo social de reconstrução do passado. Halbwachs – influenciado pela concepção do

² Dados obtidos na reportagem “Comissão da verdade: 8 anos depois, ninguém foi levado ao banco dos réus”, escrita por Diogo Magri e publicada em 28 de março de 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/comissao-da-verdade-8-anos-depois-ninguem-foi-levado-ao-banco-dos-reus>>. Acesso em 25/05/2023.

sociólogo Durkheim sobre as relações dinâmicas entre os fenômenos sociais e individuais – entende a memória como um fato social. Ela, portanto, não é criada em um vácuo; é sempre fixada e fortalecida por um grupo de referência. Em sua concepção, embora o processo de lembrar seja um trabalho do sujeito, a vitalidade da lembrança dependerá do grupo social que vivenciou essa memória (Schmidt, Mahfoud, 1993).

Posteriormente, o historiador Marc Bloch (1998) fez uma crítica ao conceito elaborado por Halbwachs. O que ele denomina “memória coletiva”, para Bloch (1998), em muitos casos, poderia ser denominado “fatos de comunicação entre indivíduos”. De acordo com Bloch (1998), para que a memória de um grupo social perpassasse várias gerações, é necessário que os mais velhos conservem-na e a transmitam aos mais jovens. Há diversas implicações ao tratar a memória coletiva como um dado comunicacional, pois ela está sujeita a falhas de transmissão, enganos e até mesmo distorções conscientes, que podem levar a falsas recordações (Casadei, 2010). Apesar das críticas recebidas, o conceito de memória coletiva desenvolvido por Halbwachs (1990) apresenta consonâncias em relação àquele proposto por Bloch. Conforme o sociólogo francês, a memória é suscetível a inúmeras alterações ao longo do tempo, podendo ser deturpada pelo discurso do grupo dominante, por sua ideologia e por quem narra a história.

Walter Benjamin (2012) argumenta que a narração é uma forma “artesanal” de construção da história, que se diferencia das notícias publicadas nos jornais. A narrativa é produzida a partir das experiências do narrador, sendo constituída por seus traços singulares – gestos, mãos, olhares e vozes. Ele estabelece uma forte conexão com o ouvinte que, além de escutar a história, deve conservá-la na memória e recontá-la a fim de garantir sua preservação. Segundo Benjamin (2012), desde a Revolução Industrial, a narração, fortemente enraizada nas vivências populares, corre o risco de desaparecer em razão do imperativo da produção capitalista, que gerou a aceleração do tempo, o esvaziamento da experiência e a fragmentação da memória, aprisionando os indivíduos ao presente e ao excesso de (des)informação (Mortada, 2022). O autor ressalta que a arte de narrar é em si uma forma de resistência, pois possibilita a permanência da memória. Entretanto, se a história narrada é fixada especialmente pelo poder que o narrador exerce sobre o ouvinte, essa rememoração é determinada sobretudo pela identidade e ideologia de quem conta.

De acordo com Bosi (1994), quando um grupo social é afetado por um evento político, a memória dos seus integrantes pode ser alterada pelos significados que a ideologia dominante atribui aos acontecimentos, perdendo, assim, sua autenticidade. Logo, a memória individual é impactada pela memória pública de certos fatos históricos. As testemunhas da história, que

participaram dos eventos e viveram as experiências, podem sofrer a falsificação da memória por parte da ideologia. Bosi (1994) argumenta que esses “equivocos” costumam decorrer de estereótipos de classe e narrativas explicativas propagadas por instituições dominantes, como escolas e universidades, que funcionam como instâncias interpretativas da história.

A análise de Bosi sobre a falsificação da memória pela ideologia encontra respaldo e aprofundamento teórico nas reflexões de Terry Eagleton (2019) sobre os mecanismos de operação ideológica. Eagleton argumenta que a ideologia não deve ser compreendida meramente como "falsa consciência" (pg. 23) - conjunto de ideias errôneas sobre a realidade -, mas como "discurso interessado" (p. 23) que serve a interesses sociais específicos através de práticas materiais concretas. Esta perspectiva permite compreender que os "equivocos mnemônicos" identificados por Bosi não resultam de simples desinformação, mas de processos ideológicos que moldam ativamente as estruturas de percepção e interpretação da experiência histórica. Quando Eagleton demonstra que a ideologia opera através da materialidade das práticas discursivas, revela-se como os estereótipos de classe e as narrativas institucionais descritos por Bosi conseguem sedimentar-se na própria linguagem e nos marcos interpretativos que os indivíduos utilizam para dar sentido às suas experiências. A eficácia da ideologia reside precisamente em sua capacidade de apresentar interpretações interessadas como naturais e universais, fazendo com que testemunhas diretas de eventos históricos reorganizem suas memórias conforme significados que atendem a interesses dominantes, sem necessariamente perceberem essa reorganização como produto de disputas sociais pelo controle da narrativa histórica.

Além da ideologia, outro aspecto que interfere na produção da memória é a identidade individual daquele que recorda. Pollak (1992) defende a teoria da memória coletiva proposta por Halbwachs, mas avança em seus postulados. Salienta que são componentes constitutivos da memória individual e coletiva os acontecimentos vividos diretamente por cada indivíduo e os eventos vivenciados “por tabela”, contemporâneos ao sujeito ou ocorridos no passado. Todavia, a relevância de uma ocorrência histórica em detrimento de outras dependerá dos critérios definidos pelo grupo social do qual o indivíduo faz parte, o que garantirá sua transmissão a outras gerações. É a identificação de cada integrante com o grupo que determinará a constituição da memória. Como argumenta Pollak (1992), a memória é seletiva e será elaborada a partir da ideologia dominante ou dos parâmetros apresentados pelo grupo de referência. Cabe ressaltar que certos eventos históricos que não foram vivenciados diretamente pelo sujeito são

experimentados por ele como se tivessem ocorrido efetivamente em sua vida, dado seu impacto no grupo ao qual ele pertence.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada pela presente pesquisa foi a História Oral, uma metodologia qualitativa que “utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas humanas” (Freitas, 2006, p.18). A História Oral é uma técnica e uma fonte de conhecimento, pois o material extraído das entrevistas é uma espécie de registro da história, que se assemelha a uma notícia de jornal, um documento extraoficial (Oliveira et al., 2021). A metodologia baseia-se em relatos individuais acerca de um período da história ou de um recorte temático específico; por isso, deve-se levar em conta o papel da memória e das distorções que ela sofre ao longo do tempo. Oliveira et al. (2021) afirmam que a memória deve ser entendida como uma ação a partir da qual o passado é reconstruído de maneira consciente. Logo, durante esse processo de rememoração, o fato em si nunca é lembrado exatamente como aconteceu e como foi vivido. Entretanto, por meio da coleta de diversos relatos sobre o mesmo evento, é possível preencher as lacunas causadas pelas distorções mnemônicas e entender o que as provocaram.

Esse método tem como característica fundamental a construção de relatos históricos sobre o mesmo evento social, muitas vezes conflitantes, por parte de diversas pessoas, os quais continuam reverberando no presente. Segundo Meihy (1996), a história oral “implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como história viva” (p.18). A história oral se apresenta como um método pertinente para o presente trabalho, justamente porque, a partir da análise de um número significativo de entrevistas, foi possível verificar as inconsistências das memórias dos participantes, assim como inferir quanto, e se, as políticas de esquecimento afetaram suas memórias. Meihy (1996, p.18) argumenta que, “como registro de pessoas vivas, expressão legítima do tempo presente, a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática, pública e imediata”. Dessa maneira, a utilização desse método para obter narrativas históricas sobre a ditadura militar responde à demanda prática, pública e imediata, uma vez que são escassos os documentos públicos sobre esse período por conta da Lei da Anistia. A memória coletiva brasileira dessa época pode ter sido alterada em razão das políticas de esquecimento, o que faz da recordação, por meio do registro oral, uma prática política que atende a interesses públicos e coletivos.

3.1 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa quinze pessoas de qualquer gênero, segmento social e identificação racial, que residem no estado de São Paulo e têm idade acima de 65 anos. Foram excluídos do trabalho científico participantes que residem fora do estado de São Paulo e têm idade abaixo de 65 anos.

3.2 INSTRUMENTOS

Como instrumento metodológico da história oral, utilizou-se a entrevista de gênero temático. Freitas (2006) divide a história oral em três gêneros distintos: a) tradição oral, que tem como objetivo entrevistar membros de uma comunidade a fim de coletar relatos acerca das tradições, do folclore local e de costumes que são transmitidos através das gerações; b) história de vida, que consiste em um relato oral autobiográfico do entrevistado, podendo abranger a totalidade da história de vida dele, o que certamente acarretará inúmeras horas de gravações e c) história temática: nesse caso, a entrevista tem um caráter temático e não necessariamente envolve a totalidade da experiência do participante. A história oral temática permite um maior enfoque e objetividade no tema escolhido e possibilita a realização de um maior número de entrevistas. Meihy (1996) descreve que a história oral temática permite o uso de um roteiro de perguntas, o qual pode ser direto e indutivo ou indireto e dedutivo. Para este trabalho, optou-se por um roteiro menos direto, pois o objetivo aqui não é perguntar sobre um evento específico da ditadura, mas entender quais são as lembranças da pessoa acerca do período em questão, se essas lembranças se alteraram ao longo do tempo, o que determinou essas alterações e como se deu o processo de constituição da memória dessa época.

3.3 PROCEDIMENTOS

A fim de atrair participantes para as entrevistas, foi empregada a prática da amostragem em bola de neve, um tipo de amostra não probabilística que usa cadeias de referência, especialmente útil para grupos de difícil acesso. Nesse tipo de amostragem, costuma-se utilizar informantes-chave, nomeados de *sementes* (Vinuto, 2014), para localizar pessoas com o perfil procurado. Esses informantes-chave foram recrutados em instituições de ensino superior que adotam o programa de extensão “Universidade Aberta da Terceira Idade”, em Centros de Referência do Idoso, em Núcleos de Convivência do Idoso e também nas mídias digitais. A pesquisadora fez postagens nas redes sociais para divulgar o estudo e convidar os usuários a participar da entrevista e/ou indicar pessoas adequadas ao perfil definido pela pesquisa. Ademais, ela visitou as instituições mencionadas anteriormente a fim de difundir o trabalho,

apresentar seus objetivos e fundamentos metodológicos e fazer o convite aos idosos para participar da coleta de dados.

A seguir, se pediu às pessoas indicadas pelos informantes-chave que indicassem outras pessoas que se ajustassem aos critérios da pesquisa e assim sucessivamente até que o quadro de amostragem alcançasse a quantidade estabelecida previamente. Assim que os candidatos foram localizados, o contato com eles foi feito de forma direta e pessoal. No contato inicial com o candidato, explicou-se o contexto da pesquisa. Caso ele aceitasse participar da entrevista de forma livre, voluntária e espontânea, definiu-se um horário para o encontro, que ocorreu em um lugar escolhido pelo participante, desde que fosse silencioso ou com ruídos que não impedissem a realização da conversa. Se eventualmente o participante não indicasse nenhum local, foi proposto que a entrevista ocorresse nas dependências da Universidade Presbiteriana Mackenzie, localizada na cidade de São Paulo.

No encontro, antes da entrevista, foram esclarecidos ao candidato os fundamentos da pesquisa, seus objetivos e a metodologia adotada. Também lhe foi informado que a pesquisa garantiria o sigilo dos dados pessoais e protegeria sua privacidade de tal modo que todos os nomes verídicos foram substituídos por nomes fictícios. Ademais, é direito do participante retirar-se do estudo a qualquer momento, o que implicaria o descarte das informações fornecidas. Também lhe foi possível solicitar o acesso aos dados da pesquisa a qualquer momento, o que lhe foi permitido. Por fim, lhe foi apresentado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para que fosse assinado espontaneamente antes do início da entrevista. Nesse momento, o colaborador foi consultado acerca da possibilidade de utilização do gravador durante a conversa. Se o uso do equipamento não fosse consentido, a pesquisadora faria o registro à caneta em um bloco de notas.

3.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A presente pesquisa tem como objetivo – assim como todo trabalho acadêmico – gerar conhecimento científico. Dentre as contribuições específicas desse estudo, destaca-se a produção de documentos públicos sobre a Ditadura Militar brasileira. Ademais, a pesquisa visa o registro da memória viva de um momento notório da história política do país, que ainda enfrenta muita resistência em ser debatido publicamente. O estudo apresenta riscos mínimos aos participantes e, a fim de mitigá-los, elaborou-se um roteiro de entrevista com perguntas abertas e não invasivas, evitando, assim, que questões muito específicas causassem algum sofrimento ou trouxessem à tona experiências traumáticas.

3.5 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Para analisar os dados gerados por meio das entrevistas, escolheu-se como método a Análise Crítica do Discurso (ACD). Essa abordagem busca entender como a gramática de uma língua se traduz em discursos concretos reproduzidos em determinados contextos. O objetivo da ACD é revelar o papel que o discurso opera na manutenção ou não das relações de poder; logo, a análise não recai sobre o discurso em si, mas sobre as relações de sentido (concepção semiótica) entre os aspectos discursivos e não discursivos das relações sociais. A análise dos dados seguirá a estrutura analítica elaborada por Fairclough (2012), cujos objetivos são: 1) dar ênfase a um problema social que tenha um aspecto semiótico; 2) identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido pela análise: a) a rede de práticas na qual está inserido; b) as relações discursivas com outros elementos dentro das práticas particulares em questão; c) o discurso (a semiose em si): i) estrutura analítica: a ordem de discurso; ii) análise interacional; iii) análise interdiscursiva; iv) análise linguística e semiótica; 3) considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não; 4) identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos; 5) refletir criticamente sobre a análise. Logo, essa abordagem metodológica, baseada na identificação de problemas sociais, respalda a formação de uma ciência crítica, eticamente comprometida com a produção de verdades relativas, historicamente compreendidas. O método mostra-se pertinente ao presente estudo, pois parte de um problema, que nesse caso é a memória coletiva, cujos significados podem ter sido alterados por práticas discursivas (políticas de esquecimento, revisionismos históricos e sistemas ideológicos).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da Análise Crítica do Discurso (ACD) – metodologia utilizada para o tratamento dos dados coletados nas quinze entrevistas –, criou-se uma tipologia de quatro grupos, considerando-se a penetração das políticas de esquecimento. O primeiro grupo identificado pode ser caracterizado por uma consciência política crítica acerca da ditadura, construída mediante a participação em redes de resistência, que conferiu uma menor penetração das políticas de esquecimento. Os quatro entrevistados pertencentes a esse grupo (E2, E5, E7 e E13)³ tiveram experiências diretas com a repressão do período e estavam inseridos em redes progressistas – como movimentos de direitos humanos, educação popular freiriana, Igreja progressista e grupos estudantis universitários –, que contribuíram para construir e preservar

³ Ao longo da exposição dos resultados, os entrevistados serão denominados pela letra E, seguida de um número que representa a posição de cada um deles na ordem em que as entrevistas foram efetuadas. Em alguns momentos, o entrevistado será designado apenas por esse número.

suas memórias críticas sobre a ditadura. Esta participação em redes críticas permitiu que desenvolvessem conceituações precisas sobre o autoritarismo, como demonstra E5 ao definir que “ditadura significa um regime de força, uma autocracia, um regime antidemocrático” e E2, que caracteriza o período como “regime autoritário absolutista”, ou E7, que conceitua ditadura como uma situação em que “um grupo que tenha mais força pode ir contra o que está prescrito na Constituição”. Da mesma forma, E13 revela formação democrática sólida ao se identificar como “social-democrata nos moldes da Alemanha” e participar ativamente de “todas as manifestações contra a ditadura”.

Mais significativamente, esse grupo preservou a capacidade de estabelecer conexões críticas entre o passado ditatorial e as ameaças democráticas contemporâneas. E2 evidencia que detém uma consciência histórica ao afirmar que “devemos falar muito [sobre a ditadura]. A memória é muito importante. Quem não conhece a história tende a repetir os mesmos erros”, conectando diretamente a impunidade da ditadura com os riscos atuais à democracia brasileira. De maneira semelhante, E5 demonstra vigilância democrática ativa ao observar que “a direita está tomando as rédeas”, enquanto E7 expressa preocupação com retrocessos ao alertar que “daqui a pouco nós vamos entrar na ditadura de novo” e fazer críticas contundentes à implementação de “escolas cívico-militares” no país.

A transformação da experiência em projeto político ativo fica evidente nas trajetórias de E5 e E7: o primeiro dedicou sua carreira profissional ao ensino de direitos humanos e à preservação da memória da ditadura, atuando na Comissão de Justiça e Paz – instituição associada à Igreja Católica que assumiu papel importante na proteção de perseguidos políticos durante a ditadura. Sua atuação política culminou na publicação de um livro de memórias dos principais atores responsáveis pela criação dessa instituição. O segundo converteu sua experiência em educação popular freiriana, trabalhando com alfabetização de adultos na Ilha de Cananéia e desenvolvendo metodologias que partem “das palavras do cotidiano” dos educandos. Esta capacidade de transformar experiência histórica em projeto político diferencia fundamentalmente esse grupo dos demais, revelando como o contato com redes progressistas preservou memórias alternativas e as converteu em instrumentos ativos de resistência democrática.

Embora esse grupo apresente menor influência das políticas de esquecimento, isso não significa que ele seja imune. Um dos principais achados dessa pesquisa foi o fato de que, mesmo militantes que dedicaram suas vidas a fomentar formas de conscientização sobre esse período, reproduzem inconscientemente a narrativa oficial do regime por meio do discurso. E5, quando

questionado se sua concepção de ditadura e democracia permaneceu invariável ao longo do tempo, respondeu da seguinte maneira:

Não, uma coisa que foi mudando e foi se construindo através do tempo. Quando estourou a **Revolução de 1964**, eu era funcionário da Caixa Econômica Federal, eu tinha 20 anos, era completamente alienado, não tinha a menor noção de política, e aí eu trabalhava no almoxarifado, eu fazia compras com concorrência etc. e tal. Então, eu estava assim, vamos dizer, num lugar muito próximo da corrupção, porque compras etc., tudo isso se presta muito à corrupção. E daí, os militares entraram lá e fizeram um inquérito policial militar – IPM. Uma coisa que foi feita muito na época de 64. Aí, um chefe foi aposentado, abrindo serviço público, outro se demitiu, outro suicidou-se. (...) “Ah, estão limpando a área”. Aí, chegou um general para mim e disse assim: “eu quero que você me compre 10 gravadores. Hoje”. Eu falei: “mas eu preciso fazer tomada de preço”. Ele: “não vai fazer nada. Você vai comprar. Eu quero que você compre já”. Aí, o exército me conscientizou. Porque eu percebi que estava trocando os santos e aumentando a corrupção. (...) Aí, eu acordei. (Entrevistado 5, 11 de março de 2025, grifo nosso).

O uso do termo “Revolução” é revelador e demonstra a articulação entre os mecanismos ideológicos de construção da memória coletiva e as políticas de esquecimento implementadas pelo regime militar. Mesmo os indivíduos inseridos em grupos de referência resistentes à ditadura reproduzem o discurso ideológico dominante, tendo em vista o sucesso das ideologias em se universalizar e adquirir aparente autonomia. Essa reprodução inconsciente materializa o que Pêcheux (1999) conceitua como efeito da “interpelação ideológica” – mecanismo pelo qual a ideologia constitui o sujeito por intermédio de “evidências” que operam “antes que ele possa dizer: ‘eu falo’” (p. 149). Como argumenta o autor, esse processo produz uma “evidência” do sentido, que faz com que categorias dominantes sejam incorporadas como naturais, explicando como militantes conscientes podem reproduzir inconscientemente a terminologia oficial (Revolução de 1964) que legitimou o próprio regime que combatem.

A eficácia desse processo de interpelação ideológica reside na capacidade das políticas de esquecimento de transformarem esquemas sociais em conteúdos psíquicos, como postulam Ansara e Dantas (2015). A linguagem – instrumento fundamental para compartilhar significados e construir comunicativamente o passado por meio da memória – torna-se o veículo mediante o qual a ideologia dominante consegue inscrever seus códigos simbólicos até mesmo nos discursos de resistência. Quando a ideologia dominante se desvincula da classe que a produziu e cria “a falsa sensação de que representa os interesses de toda sociedade” (Ansara; Dantas, 2015, p. 209), ela consegue naturalizar suas categorias linguísticas a ponto de torná-las parte do senso comum. Esse fenômeno revela que as políticas de esquecimento atravessam o conteúdo memorial e a estrutura discursiva que sustenta a memória coletiva.

Se nem a resistência intelectual mais elaborada escapou completamente da colonização linguística das políticas de esquecimento, ainda mais eficazes foram essas políticas entre setores sociais que dispunham de proteções estruturais durante o regime, como se verifica no segundo grupo identificado. Caracterizado por indivíduos com acesso privilegiado ao ensino superior, proteções familiares e redes sociais estáveis, esse grupo, composto pelos participantes E4, E6, E9, E11 e E12, desenvolveu mecanismos sofisticados de fragmentação da experiência, que não permitiram aos sujeitos desenvolver politicamente a repressão testemunhada no cotidiano.

Esses mecanismos manifestam-se paradigmaticamente em três casos: o entrevistado 11, professor universitário, ilustra o que pode ser denominado de contradição funcional – fenômeno caracterizado pela capacidade de indivíduos manterem simultaneamente posições teoricamente antagônicas, sem experienciar tensão ou conflito interno. Este padrão manifestou-se quando E11 desenvolveu uma crítica teórica à ditadura, descrevendo-a como “um regime de força, uma autocracia”, e ao mesmo tempo mostrou-se envaidecido de ter colaborado com o regime: “fui assessor da Marinha, ganhei medalha da Marinha pelos meus trabalhos”. A contradição é “funcional”, porque ambas as posições atendem a necessidades práticas específicas do sujeito em diferentes esferas de sua experiência social – prestígio intelectual na academia e benefícios profissionais na colaboração com instituições militares –, revelando como as proteções estruturais permitiram manter posições teoricamente opostas, quando serviam a interesses específicos.

A entrevistada 12, artista que sofreu censura direta do regime de exceção, retrata a fragmentação da experiência característica do grupo ao compartimentalizar rigidamente sua vivência: “[a ditadura] impactou pelo teatro que a gente tinha que passar a peça na censura. Mas a minha vida não impactou nem um pouco”. Observa-se que a atriz realiza uma separação entre a repressão artística e a avaliação política do sistema, manifestando inclusive certa nostalgia, quando comenta que “na época da ditadura, por incrível que pareça, tinha fartura”. O extremo mais sofisticado deste padrão torna-se visível nas palavras da entrevistada 9, a partir da instrumentalização consciente: ela oculta sua posição de elite – “a gente sai daqui [interior de São Paulo] meio caipira” –, relativiza a natureza autoritária do regime por meio de uma calculada ambiguidade, ao denominá-lo de “Revolução ou golpe de 64, como quiser chamar” e utiliza estrategicamente a linguagem para produzir efeitos específicos conforme o interlocutor.

Essas contradições correspondem a processos sofisticados mediante os quais as políticas de esquecimento operaram nesse grupo. A contradição funcional presente no discurso de E11 pode ser compreendida pelo mecanismo de interpelação ideológica anteriormente descrito:

diferentes esferas sociais interpelam o sujeito pelas “evidências” compartimentalizadas que impedem a percepção de incompatibilidades entre práticas antagônicas. Como salienta Eagleton (2019), a ideologia tem mais a ver com “quem está falando o que, com quem e com que finalidade” (p. 26) do que com propriedades linguísticas isoladas. A calculada ambiguidade de E9 (“Revolução ou golpe, como quiser chamar”) reflete sua posição de classe dominante que lhe permite relativizar disputas políticas fundamentais conforme a audiência e a finalidade discursiva. Esta operação conecta-se diretamente com o que Ansara e Dantas (2015) identificam como a capacidade da ideologia de adquirir “autonomia e universalidade, distanciando-se do contexto de sua produção e da realidade histórica em que foi elaborada” (p. 209).

Quando classes privilegiadas conseguem apresentar suas experiências particulares como padrão nacional comum, elas materializam esse processo de generalização ideológica que neutraliza conflitos reveladores de desigualdades estruturais. A sofisticação dessa estratégia manifesta-se na capacidade de despolitizar disputas fundamentais mediante sua redução a uma questão semântica aparentemente neutra, preservando narrativas meritocráticas e impedindo questionamentos sobre a origem estrutural dos privilégios. A incapacidade de articular o autoritarismo do passado com as ameaças democráticas contemporâneas evidencia tanto desconexão temporal quanto interesse na manutenção dessa dissociação como forma de legitimação das posições sociais diferenciadas.

Enquanto o grupo anterior fragmentou e instrumentalizou a experiência ditatorial graças a proteções estruturais que permitiram manter contradições funcionais, o terceiro grupo identificado retrata como as políticas de esquecimento conseguiram produzir despolitização acompanhada de mobilização ativa em favor do projeto autoritário. Caracterizado pela adesão explícita à narrativa oficial e pela defesa elaborada do regime militar, esse grupo foi radicalizado por tais políticas, transformando benefícios materiais recebidos em narrativas meritocráticas que legitimam o autoritarismo como projeto político contemporâneo. Diferentemente dos grupos anteriores, que manifestam contradições inconscientes ou instrumentalização sofisticada, os três entrevistados desse grupo (E1, E8, E14) desenvolveram formas ativas de negacionismo que simultaneamente minimizam violações de direitos humanos e as recontextualizam como ações legítimas contra “inimigos internos”, reproduzindo fielmente a linguagem da Doutrina de Segurança Nacional.

Um padrão específico emergiu do entrevistado 1: benefícios materiais diretos convivem paradoxalmente com o reconhecimento de violações pontuais. Agricultor que prosperou durante a ditadura em razão de políticas rurais específicas, ele relatou a prisão e tortura de um

amigo próximo, mantendo simultaneamente a aprovação geral do período, o que indica a existência de uma espécie de fragmentação cognitiva que processa eventos contraditórios como exceções isoladas. A seguir, o entrevistado 8 configura a manifestação mais elaborada deste padrão, defendendo um negacionismo sistemático que combina revisão histórica com teorias conspiratórias: ao dizer que “a ditadura mesmo não foi bem o que aconteceu” e “os militares foram muito amáveis”, exemplifica a estratégia descrita por Vidal-Naquet (1988), segundo a qual fatos novos não são criados, mas são reinterpretados por intermédio de filtros ideológicos. Suas próprias contradições revelam a operação: ao declarar que “foi o melhor governo que eu já conheci” enquanto simultaneamente relata escassez de combustível aos finais de semana, demonstra como a memória é reorganizada para preservar a narrativa autoritária desejada, independente de evidências contraditórias. Por fim, a entrevistada 14 ilustra processo de radicalização tardia, que consiste na reinterpretação de experiências passadas a partir de categorias políticas contemporâneas, construindo narrativas que opõem a “ordem” do período ditatorial e a “bagunça” da gestão atual.

Esse grupo desvela aspecto crucial das políticas de esquecimento: sua dupla capacidade de gerar amnésia e construir memória ativa favorável ao autoritarismo como projeto político contemporâneo. Como observam Ansara e Dantas (2015), manifesta-se aqui “adesão e a aceitação maciça da ideologia dominante, inclusive, entre classes dominadas, diretamente prejudicadas por suas determinações” (p. 215), pois embora tenham se beneficiado materialmente do regime, foram estruturalmente prejudicadas pelo enfraquecimento democrático que afeta toda sociedade. As políticas conseguiram fazer com que vantagens pontuais se sobrepusessem à compreensão dos prejuízos democráticos coletivos, produzindo base social militante que se articula politicamente para enfrentar disputas atuais.

A análise das tipologias até aqui indicou uma progressão crescente na eficácia das políticas de esquecimento: o primeiro grupo preservou consciência crítica, mas reproduziu inconscientemente marcos linguísticos oficiais; o segundo promoveu a fragmentação e instrumentalização das experiências em virtude de proteções estruturais que permitiram manter contradições funcionais; o terceiro transformou benefícios materiais em militância ativa favorável ao autoritarismo. O quarto e último grupo, contudo, representa o ápice da eficácia dessas políticas. Aqui não se observam nem contradições inconscientes nem fragmentação sofisticada nem militância ideológica, mas apagamento total da dimensão política como categoria relevante para interpretar a experiência social. Esse grupo materializa o objetivo final

das políticas de esquecimento: impedir que a memória se constitua como elaboração coletiva da experiência histórica, operação que vai além de sua mera distorção.

Os três entrevistados identificados (E3, E10, E15) compartilham uma característica fundamental: a naturalização da própria alienação política como virtude pessoal. Este fenômeno encontra sua expressão mais clara na entrevistada 15, que faz as seguintes declarações: “política eu detesto [...], eu procuro também não entender”; “[minha] família é apolítica e eu também sou”, apresentando a despolitização como uma herança identitária positiva. Mais revelador ainda é sua completa incapacidade de distinguir regimes políticos: quando questionada sobre as diferenças entre a ditadura e a democracia, a participante respondeu categoricamente: “para mim não fez diferença”, evidenciando fragmentação temporal que anula marcos históricos básicos da experiência coletiva. Esta equivalência entre sistemas políticos diametralmente opostos aponta para a ausência estrutural dos próprios instrumentos cognitivos necessários para a elaboração política da realidade.

Na perspectiva de Halbwachs (1990), a memória coletiva requer grupos sociais que mantenham viva a experiência compartilhada – esse grupo foi sistematicamente excluído de qualquer rede politizada, resultando na impossibilidade de construção coletiva da memória histórica. Diferentemente dos grupos anteriores, aqui se manifesta o que Eagleton (2019) identifica não como “falsa consciência” – que pressupõe a existência de marcos políticos a serem distorcidos –, mas como ausência estrutural dos próprios instrumentos por meio dos quais seria possível interpretar politicamente a realidade social. O sucesso das políticas de esquecimento reside precisamente na possibilidade de produzir setores sociais que nem sequer percebem ter vivido processos históricos significativos. Seguindo a análise de Ansara e Dantas (2015) sobre como as estratégias ideológicas despojam os atores sociais do “poder de produzir narrativas de si próprios” (p. 219), observamos aqui que além da imposição de uma versão oficial, ocorre a eliminação da própria capacidade de perceber a dimensão histórica da experiência vivida, materializando a despolitização como efeito do esquecimento.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo investigou a influência das políticas de esquecimento na construção da memória coletiva da ditadura militar brasileira, partindo da hipótese de que essas políticas governamentais criaram condições propícias para revisões históricas e distorções mnemônicas sobre o período autoritário. A pesquisa buscou compreender como fatores socioeconômicos, culturais e ideológicos moldam as relações contemporâneas com a memória da ditadura militar brasileira, tendo como corpus quinze entrevistas realizadas com pessoas com idade superior a

65 anos, residentes no estado de São Paulo, que vivenciaram diretamente o período ditatorial. A idade dos entrevistados variou entre 69 e 87 anos e, dentre eles, seis são residentes do interior do estado de São Paulo e nove da capital. O grupo apresentou diversidade em termos de classe social, inserção em redes institucionais, experiências socioeconômicas durante o regime e posicionamentos políticos, permitindo captar diferentes modalidades de construção memorial sobre o período.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) das quinze entrevistas permitiu atingir os dois objetivos centrais desta pesquisa. Em relação ao primeiro objetivo, elaborou-se uma tipologia de quatro grupos que apresentaram distintas formações mnemônicas do período, organizados em ordem crescente de eficácia das políticas de esquecimento. Quanto ao segundo objetivo, a análise revelou que, embora a inserção em diferentes redes sociais e institucionais, combinada com experiências materiais específicas durante o regime, tenham sido determinantes na construção de memórias da ditadura, a ideologia emergiu como fator preponderante na (re)configuração memorial.

A descoberta mais significativa desta pesquisa reside na compreensão de que as políticas de esquecimento conseguem penetrar até mesmo nas memórias de indivíduos politizados e conscientemente resistentes ao regime, manifestando-se de forma reveladora na própria linguagem utilizada para articular essas memórias. O caso do entrevistado 5, militante que dedicou sua vida ao ensino de direitos humanos e à preservação da memória da ditadura, exemplifica paradigmaticamente esse fenômeno: mesmo sendo consciente da natureza golpista do regime, ele reproduz inconscientemente a terminologia oficial ao referir-se à "Revolução de 1964", ilustrando como a ideologia dominante consegue colonizar os instrumentos discursivos até mesmo dos seus opositores mais lúcidos. Este achado revela que a ideologia não constitui mais um fator entre outros na formação da memória coletiva, mas representa o mecanismo fundamental por meio do qual os demais fatores adquirem eficácia, operando a partir de processos de interpelação que transcendem a consciência política individual.

A eficácia da ideologia manifesta-se ainda mais quando consegue fazer indivíduos negarem ou minimizarem experiências diretas de violência e repressão, como no caso da entrevistada 12, artista que sofreu censura direta durante a ditadura, mas compartimentaliza sua experiência ao declarar que, apesar da repressão sofrida, a ditadura pouco impactou sua vida, apresentando inclusive certa nostalgia do período autoritário. Estes fenômenos demonstram que as políticas de esquecimento operam colonizando as estruturas mais profundas da percepção e interpretação

da realidade histórica, atingindo tanto a linguagem da resistência quanto a capacidade de autopreservação individual.

Reconhece-se que o estudo possui limitações, relacionadas ao número de entrevistados e ao perfil geográfico restrito ao estado de São Paulo, o que demanda cautela na generalização dos achados. Como encaminhamentos futuros, sugere-se o aprofundamento da investigação sobre as relações entre ideologia e memória coletiva, particularmente no estudo das influências das políticas de esquecimento na ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo, fenômeno que pode estar diretamente conectado aos padrões de construção memorial identificados nesta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

ANSARA, S. **Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil**: uma abordagem psicopolítica. 2005. 398f. Tese de Doutorado (Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. **Athenea digital: revista de pensamento e investigación social**, v. 15, n. 1, p. 0207-223, 2015. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v15-n1-ansara-dantas/1356-pdf-pt>. Acesso em: 24/06/2025.

ARENDT, H. **Verdade e política**. São Paulo: Editora Relógio d'Agua, 1995.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BLOCH, M. **História e Historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm. Acesso em: 29/11/2024

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, 2007.

CASADEI, E. B. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 153-161, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678/5607>. Acesso em: 20/11/2023.

CAMARGO, A. L. de. Negacionismo e políticas de memória na justiça de transição brasileira. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 15, 2018. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/267/226>. Acesso em: 29/11/2024

EAGLETON, Terry. **Ideologia (2a edição): uma introdução**. Boitempo Editorial, 2019.

FAIRCLOUGH, N.; MELO, I. F. de. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/47728/51460>. Acesso em: 29/11/2024

FREITAS, S. M. de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

GENARI, E. R. **Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar**: por uma prática politizante. 2018. 139f. Dissertação de mestrado (Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MORTADA, S. P. Tempo e resistência: Ecléa e o método em psicologia social. **Psicologia USP**, v. 33, p. e210026, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/s4G56ZdXyFDcjKQX3yhtkrh/>. Acesso em: 29/11/2024

OLIVEIRA, A. C. de. A história oral: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 63-77, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/43/34>. Acesso em: 29/11/2024

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des) conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1941/1080%3B>. Acesso em: 29/11/2024

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>. Acesso em: 29/11/2024.

TELES, E.; SAFATLE, V. P. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

USTRA, C. A. B. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. São Paulo: Editora Ser, 2007.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas, SP: Papirus, 1988.

VILA, M. A. **Ditadura à brasileira**: 1964-1985-a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 29/04/2024.